

DEMOCRACIA EM RISCO: PERSPECTIVAS POLÍTICAS SOBRE A PÓS-VERDADE NO BRASIL

DEMOCRACY AT RISK: POLITICAL PERSPECTIVES ON POST-TRUTH IN BRAZIL

Ádamo Gabriel Lopes de Souza

¹Mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Rondônia; *E-mail*: adamo.gabriells@gmail.com

Resumo

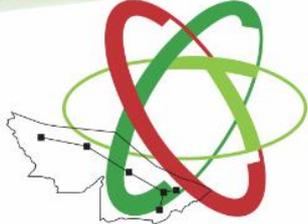
Este artigo discute a política hodierna no Brasil, a partir do exame entre a democracia e o fenômeno da pós-verdade. Neste sentido, tem por objetivo analisar os efeitos políticos da pós-verdade no Brasil contemporâneo, doravante as suas implicações nos quais tem desvelado uma conjuntura antipolítica, principalmente, com o estabelecimento de certo regime de (des) informação do mundo digital através das redes sociais e outros mecanismos de comunicação. Assim, o texto teve como procedimento metodológico a revisão bibliográfica de textos e obras sobre a temática. Em suma, os aspectos políticos da pós-verdade, revelam efeitos e fissuras na democracia, nos quais os desdobramentos têm colocado em risco ou sob ameaça constante a democracia brasileira.

Palavras-chave: Digitalização; informação; política contemporânea; verdade.

Abstract

This article discusses current politics in Brazil, from the point of view of examining democracy and the phenomenon of post-truth. In this sense, it aims to analyze the political effects of post-truth in contemporary Brazil, henceforth its implications in which an anti-political conjuncture has been unveiled, mainly with the establishment of a certain regime of (dis) information of the digital world through social networks and other communication mechanisms. Thus, the text had as a methodological procedure the bibliographic review of texts and works on the subject. In short, the political aspects of post-truth reveal effects and fissures in democracy, in which developments have put Brazilian democracy at risk or under constant threat.

Keywords: Digitization; information; contemporary politics; truth.



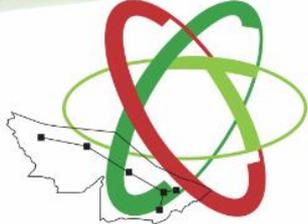
1 INTRODUÇÃO

Toda sociedade alimenta e circunscreve a sua concepção de verdade, emprazando inúmeros valores e regramentos a serem cumpridos no incremento da racionalidade política. De igual modo, sustenta Foucault (2013), prescreve, ressignifica e coisifica uma diversidade de regimes de verdade, cujo produto é resultado de variados discursos e práticas sociais constituídos ao longo da história.

Por esse ângulo surge a emergência hodierna de perscrutarmos sobre o valor da verdade, doravante ao fenômeno atual da pós-verdade e suas implicações para com a democracia, isto é, a verdade enquanto componente central nas trocas e disputas políticas no cenário brasileiro.

Por isso, sobressai observar as relações estabelecidas entre ambos os aspectos da racionalidade política contemporânea e a democracia brasileira, esquadrinhando “[...] um pensamento crítico que tomará a forma de uma ontologia de nós mesmos, de uma ontologia da atualidade” (FOUCAULT, 2010, p. 22). Em consequência disso, tem-se como fio condutor o pensamento crítico da atualidade, delineando como objetivo geral a análise dos efeitos políticos da pós-verdade no Brasil contemporâneo. Para tanto, indaga-se sobre o seguinte problemática: como a pós-verdade tem impactado a democracia brasileira?

Neste sentido, no primeiro momento, se apresenta os aspectos que caracterizam o advento da pós-verdade, enfatizando como este fenômeno demarca um momento crucial na política contemporânea, a partir dos contributos de Kakutani (2018), D’ancona (2018), Keyes (2018), Mello (2020) e Dunker et al. (2017); no segundo momento, se dedica a um exame da pós-verdade no campo político, salientado alguns efeitos no cenário brasileiro doravante os textos de Abranches et al. (2019), Avritzer (2016), Mattos (2020) e Miguel (2019); por fim, no terceiro momento, encaminha com uma análise da democracia brasileira, a partir dos principais reflexos da pós-verdade, cujo impactos tem colocando a democracia no Brasil em risco ou sob ameaça, consoante se observa com



Trindade (2022); Tiburi (2020); Bentes (2018); Dias; Kampff (2020) e Ramonet (2019).

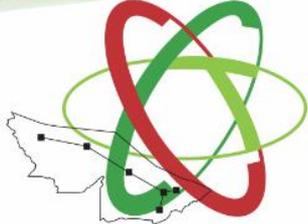
Em suma, o respectivo texto encontra sua justificativa, posto os acontecimentos recentes, seja no contexto nacional como internacional, relativos a pós-verdade e a política, principalmente, visto a necessidade crucial de se refletir sobre as questões que emergem da racionalidade política contemporânea no Brasil, no qual os engendramentos tem colocado a prova o conjunto da sociedade democrática brasileira.

2 METODOLOGIA

Inicialmente, cumpre destacar que o presente texto é resultado do trabalho de conclusão de curso, outrora desenvolvido no decurso acadêmico do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ciências Humanas: Sociologia, História e Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), nos quais as discussões teóricas permitiram a interlocução com determinadas categorias analíticas sobre a temática em questão, conseqüentemente a compreensão sobre o fenômeno pesquisado.

Assim, o texto teve como delineamento metodológico uma abordagem qualitativa, segundo qual “[...] se caracteriza como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais [...] coloca diversos problemas e limitações do ponto de vista da pesquisa social” (RICHARDSON, 2012, p. 90-91), desse modo, considerando a problemática investigada, o texto estabelece uma abordagem qualitativa sobre o tema.

Ademais, destaca-se que o estudo estabeleceu como investigação científica uma pesquisa de tipo exploratória, cujos procedimentos envolveu o levantamento bibliográfico e documental de trabalhos correlacionados ao tema, circunstância que possibilitou um panorama geral do tipo aproximativo (GIL, 2008), acerca da temática estabelecida.



Neste sentido, levando-se em consideração as técnicas da pesquisa social, se designou como objetivo geral analisar os efeitos políticos da pós-verdade no Brasil contemporâneo, tendo como objetivos específicos, a saber: 1) Caracterizar o surgimento da pós-verdade na política contemporânea; 2) Examinar os efeitos políticos da pós-verdade no Brasil; e, 3) Analisar os reflexos da pós-verdade na democracia brasileira.

Em suma, considerando os objetivos supracitados, o texto direciona para com a discussão de conceitos presentes na contemporaneidade, posto o referencial teórico estudado, focalizando nos significados acerca da pós-verdade, concomitante, analítica da democracia brasileira e os reflexos na política contemporânea

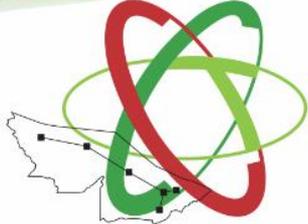
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 O SURGIMENTO DO (PÓS) NA VERDADE

A princípio, perscrutar sobre a origem da pós-verdade, doravante os seus efeitos na política contemporânea, importa o exame de como o mundo ocidental se relaciona com a verdade e a honestidade, sobretudo, a partir do vínculo com os seus contrários, isto é, a mentira e desonestidade.

Em razão disso, observa-se que o desejo pela busca da verdade surge no horizonte dos seres humanos muito cedo e com distintos contornos. De acordo com Marilena Chauí (2003), a concepção de verdade é herdeira de três grandes noções, sendo oriundas da cultura grega, latina e hebraica. Para o grego, verdade se apresenta como *alétheia* (ver-perceber); em latim, verdade se delinea como *veritas* (falar-dizer); em hebraico, verdade significa *emunah* (crer-confiar).

Alétheia se refere ao que as coisas são (isto é, o que elas sempre foram e sempre serão tais como se manifestam agora ao nosso espírito); veritas se refere aos fatos que foram (isto é, a acontecimentos que realmente se deram tais como são relatados); emunah se refere às ações e coisas que serão (isto é, ao que virá a ser ou a acontecer



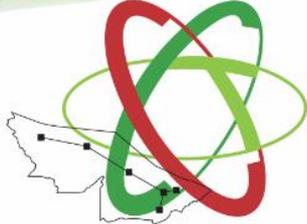
porque assim foi prometido). A nossa concepção da verdade é uma síntese dessas três fontes e por isso se refere à percepção das coisas reais (como na alétheia), à linguagem que relata fatos passados (como na veritas) e à expectativa de coisas futuras (como na emunah). (CHAUÍ, 2003, p. 96).

Neste sentido, depreende-se com base na literatura supracita, a verdade se constitui em direção as coisas reais do presente - o que é (alétheia), assim como pelo relato do passado - o que foi (veritas), bem como pela confiança nas promessas futuras - o que será (emunah). Por outro lado, Foucault (2013) alerta para o fato de existir vários lugares onde a verdade pode emergir com seus dispositivos e jogos de estratégias, nisso consiste a relevância em pensar a tríade da verdade de maneira oposta a forma legada pelos gregos, latinos e hebraicos, como: ilusão, falsidade e mentira, dado que:

Desde quando os seres humanos passaram a ter palavras para dizer, eles disseram palavras que não eram verdadeiras. Ao mesmo tempo, a maioria das sociedades teve alguma variação de a honestidade é a melhor política como norma. O que me preocupa é a perda de um estigma associado a contar mentiras, e uma aceitação generalizada do fato de mentiras poderem ser contadas impunemente. Mentir tornou-se, essencialmente, uma transgressão sem culpa. (KEYSES, 2018, p. 17).

A preocupação de Keyes (2018), salienta a relevância de dimensões éticas em relação a verdade, não obstante se vislumbre na trajetória da humanidade certo distanciamento na busca da verdade, uma vez que no desenvolvimento das relações sociais “[...] a verdade nunca teve papel de destaque na agenda do Homo Sapiens. [...] Na prática, o poder de cooperação humana depende de um delicado equilíbrio entre a verdade e a ficção” (HARARI, 2019, p. 232).

Na medida em que a falta de honestidade ou mentira se revelam como elementos triviais na socialização dos seres humanos, se observa uma rotinização da desonestidade e a mentira, se tornando por sua vez, menos exceção, para se configurar como determinada norma na sociedade. Assim, nota-se um declínio ético significativo e o alargamento considerável da desonestidade e mentira no conjunto das relações sociais, tendo em vista que



“à medida que a capacidade humana para falar se desenvolveu, igualmente se desenvolveu nossa capacidade não só para ludibriar presas e enganar predadores, mas também para mentir para outros humanos” (KEYES, 2018, p. 27), por sua vez, mentir no decurso da humanidade se tornou “tolerável” em muitas ocasiões, principalmente nos desdobramentos políticos.

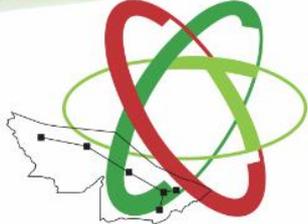
No entanto, a desonestidade e enganação na vida hodierna, assume contornos distintos na ocorrência da pós-verdade¹, dado que o fenômeno desencadeia um novo atributo para com as dimensões práticas e políticas na contemporaneidade, cujo os impactos colocam em questão a autoridade e confiança da verdade como prerrogativa política, evidenciando ainda “[...] o cinismo como discurso básico do espaço público e da vida laboral” (DUNKER, 2017, p. 17).

Na era da pós-verdade, não temos apenas verdade e mentira, mas uma terceira categoria de afirmações ambíguas que não são exatamente a verdade, mas tampouco são uma mentira. Pode ser chamada de verdade melhorada. Neoverdade. Verdade suave. Verdade artificial. Verdade light. Através dessa eufemasia agressiva, tiramos o ferrão das mentiras. A eufemasia exige poderes notáveis de criatividade linguística. (KEYES, 2018, p. 22).

Dessa forma, identifica-se que a verdade se retira da esfera política, para ceder lugar ao imperativo das emoções na conjuntura política e social, sendo uma verdade útil, consumível e consumida (TIBURI, 2017). Neste sentido, segundo D’Ancona (2018), ainda que as mentiras, as manipulações e a falta de honestidade possam se configurar como aportes da política na contemporaneidade, contudo, a pós-verdade não pode ser compreendida como a mesma face da mesma moeda, uma vez que:

A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à convivência. A mentira é considerada regra, e não exceção, mesmo em democracias [...] Não esperamos mais que nossos políticos eleitos

¹ De acordo com Keyes (2018) e D’Ancona (2018), a etimologia foi usada pela primeira vez em 1992, na revista *The Nation* pelo escritor Steve Tesich. No ano de 2016, o dicionário *Oxford* escolheu como o verbete do ano e definiu como “circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelos à emoção e crenças pessoais”.



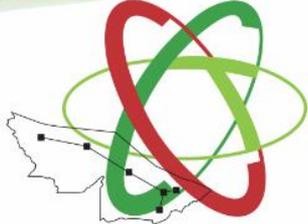
falem a verdade: isso, por enquanto, foi eliminado do perfil do cargo ou, no mínimo, relegado de forma significativa da lista de atributos requeridos (D'ANCONA, 2018, p. 34-35).

Assim, observa-se que a incidência da pós-verdade atravessa não apenas o fazer prático dos políticos, mas o conjunto da sociedade e suas instituições democráticas, na medida em que não se verifica uma reação contrária ou certa resistência social ao fenômeno. Além disso, sobressai que muitos acontecimentos contemporâneos, expõe significativamente a atualidade do contexto e o pano de fundo dos reflexos políticos da pós-verdade, no qual “[...] esconde-se o trabalho feroz de dezenas de spin doctors, ideólogos e, cada mais, cientistas especializados em Big Data, sem os quais os líderes do novo populismo jamais teria chegado ao poder” (EMPOLI, 2019, p. 12).

Por esse ângulo, tem-se que alguns eventos expõem parte do colapso da verdade na atualidade, como as repercussões em torno da eleição de Donald Trump, em 2016, como 45º presidente dos Estados Unidos; a campanha em volta do Brexit, no qual provocou a saída do Reino Unido da União Europeia; e principalmente, a eleição para a presidência do Brasil de Jair Bolsonaro, em 2018, portanto, exemplos que revelam a ascensão e ostensiva contra a verdade, visto que “[...] usam-se sistemas automatizados, os robôs ou bots, ou então pessoas contratadas, os trolls, para forjar maior engajamento em certos conteúdos e dar visibilidade a certo tema, simulando uma popularidade” (MELLO, 2020, p. 24).

No entanto, segundo Kakutani (2018), impressiona o desinteresse de multidões pela veracidade dos fatos no jogo político, muito embora seja mais assustador o descaso para com o valor da verdade nas trocas políticas e institucionais, bem como as suas implicações:

[...] os ataques à verdade não estão limitados aos Estados Unidos. Pelo mundo todo, ondas de populismo e fundamentalismo estão fazendo com que as pessoas recorram mais ao medo e à raiva do que ao debate sensato, corroendo as instituições democráticas e trocando os especialistas pela sabedoria das multidões. Alegações falsas sobre as relações financeiras do Reino Unido com a União Europeia (em anúncios da campanha do partido Vote Leave num ônibus) ajudaram a mudar a votação em favor do Brexit; e a Rússia intensificou a



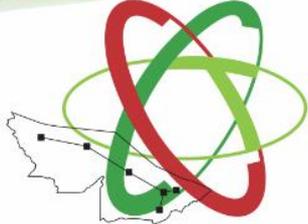
propagação da sua *dezinformatsiya* durante as campanhas eleitorais na França, na Alemanha, na Holanda e em outros países, em esforços orquestrados de propaganda para desacreditar e desestabilizar democracias (KAKUTANI, 2018, p. 12).

Acresce que em comum, os respectivos eventos e grande parte dos agentes públicos partilham da sórdida convicção de que a verdade, não é mais relevante na política, isto é, para ganhar determinada eleição, políticos não necessitam se pautar em uma verdade racional e factual, mas sim em notícias e fatos falsos, com grande apelo as emoções, valendo-se do uso indiscriminado de “[...] sistemas automatizados, os robôs ou bots, ou então pessoas contratadas, os trolls, para forjar maior engajamento em certos conteúdos e dar visibilidade a certo tema, simulando uma popularidade que ele não tem”. (MELLO, 2020, p. 24).

Por isso tudo é possível compreender que a política e a comunicação do século XXI, cujo as características da pós-verdade se edificam, consiste em ter como sustentáculo o fato de que é “[...] importante perceber que a opinião pública não busca propriamente a verdade, e sim aquelas informações que confirmem suas crenças prévias” (RAMONET, 2019, p. 127), criando um cenário:

[...] exponencialmente acelerado pelas redes sociais, que conectam usuários que pensam da mesma forma e os abastecem com notícias personalizadas que reforçam suas ideias preconcebidas, permitindo que eles vivam em bolhas, ambientes cada vez mais fechados e sem comunicação com o exterior (KAKUTANI, 2018, p. 14).

Dessa forma, pode-se deduzir que a ascensão ao poder de Donald Trump (EUA) e Jair Bolsonaro (BRA), muito embora não seja a causa em si da pós-verdade, entretanto, se configuram como exemplos plausíveis desse contexto esboçado pelo ritmo vertiginoso e fechado em torno de notícias falsas, com um exército digital disposto rifar a autonomia reflexiva em troca de compartilhamento enviesado.



Destaca-se ainda, as inúmeras denúncias do uso de agências especializadas² em dados e manobras tecnológicas de (des) informação, por grande parte dos agentes políticos, dedicados a manipular, difundir propagandas e notícias falsas, circunstância que realçou por sua vez, o papel massivo das redes sociais³, sobretudo, substituindo fatos concretos e objetivos, por uma intensa incitação as emoções políticas, transformando as disputas eleitorais contemporâneas em extensão da pós-verdade “[...] cujo o poder depende de criar ficções e acreditar nelas” (HARARI, 2019, p. 227).

Em suma, o surgimento do (pós) na verdade, emerge no contexto de transformações sociais e subjetivas, evidenciando um assombroso descrédito para com as instituições democráticas, perceptíveis em muitos acontecimentos políticos, revelando por sua vez, um sintoma paradigmático hodierno.

3.2 BRASIL EM TEMPOS DE PÓS-VERDADE

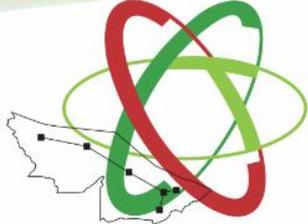
Tendo em vista as consequências da pós-verdade na contemporaneidade, pode-se inferir que os primeiros respingos políticos do fenômeno no cenário nacional são visualizados nos engendramentos das manifestações de junho de 2013⁴, sobretudo, nos desdobramentos sociais e políticos no país, como se observa:

No Brasil, vivemos um choque com o que diversos analistas têm chamado de golpe, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que se deu sem a demonstração cabal da ocorrência de um crime de responsabilidade. No que seria um arranjo entre imprensa, sobretudo televisiva, juízes, deputados e senadores, igrejas, corporações nacionais e internacionais, que vivem do mercado, e toda uma máfia econômica e política, que talvez estejam a regozijar-se enquanto a democracia fenece. Os Jogos Olímpicos de 2016 serviram de ópio para o povo, e cinicamente sempre se pode dizer que é melhor para o povo, afinal sofre-se menos com anestesia geral (TIBURI, 2017a, p. 129).

² Brittany Kaiser (2020), apresenta como o escândalo da *Cambridge Analytica* e as redes sociais influenciam processos eleitorais pelo mundo.

³ Sobre a rede de impulsionamento digital e os discursos de ódio, ver o filme: “Rede de ódio”, de Jan Komasa. Polônia, 2020.

⁴ Sobre as manifestações de junho de 2013, ver o filme: “Junho - o mês que abalou o Brasil”, de João Weimer. Brasil, 2014.



A descrição de Márcia Tiburi (2017a), demonstra as implicações decorrentes das manifestações de junho de 2013, cujo reflexo se expressa na série de protestos contrários à realização dos megaeventos esportivos internacionais sediados no Brasil, a saber, a Copa do Mundial de Futebol (2014) e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos do Rio de Janeiro (2016), no qual faraônicos gastos públicos, foram destinados a garantir realização dos eventos aludidos.

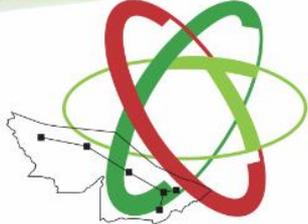
Acresce que o panorama político esboçado, muito embora tenha servido como ópio para muitos, para outros, provocou imensa indignação em razão do sucateamento de serviços elementares, como saneamento, equipamentos públicos ou mesmo habitação digna, circunstância que aprofundou ainda mais a desigualdade urbana em muitas capitais do país (JENNINGS et al., 2014).

Verifica-se ainda que o cenário nacional se configurou ainda mais emblemático, por ocasião da articulação de grupos políticos alinhados à direita e extrema-direita, impulsionando toda uma agenda ultraconservadora e reacionária, no qual teve como culminância o golpe parlamentar impetrado pelo Congresso Nacional à presidente da República Dilma Rousseff, eleita democraticamente em 2014 e destituída do cargo, segundo o falso argumento de crime de responsabilidade, a respeito da Lei Orçamentaria e a Lei de improbidade Administrativa, através de um espetáculo midiático e institucional chamado de Impeachment⁵ (JINKINGS et al., 2016).

Outrossim, após os desdobramentos de 2013, testemunha-se no Brasil certa radicalização política, nos quais emergem elementos atinentes a reorganização neoconservadora, autoritária e antidemocrática no país, concomitante a progressiva militarização do espaço e vida pública, principalmente, a partir da nova acomodação das redes sociais no debate público e político.

Por todos esses aspectos, vê-se que os acontecimentos e

⁵ Sobre o processo de Impeachment à Presidente Dilma, ver os filmes: “Democracia em Vertigem”, de direção de Petra Costa. Brasil, 2019. “O Processo”, de direção de Maria Augusta Ramos. Brasil, 2018.



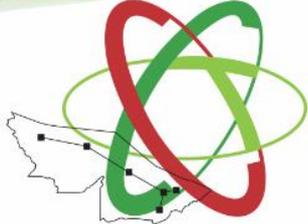
enquadramentos políticos no Brasil contemporâneo, criam um ambiente auspicioso para a maximização da pós-verdade no âmbito do processo de socialização da população, escorado ainda pelo copioso sentimento antissistema, ou seja, “o que se chama de pós-verdade, no registro dessa espécie de pós-política, são a não verdade e a antipolítica” (TIBURI, 2017, p. 110).

De acordo com Patrícia Campos Mello (2020), pode-se afirmar que muito da antipolítica brasileira se torna visível, na medida em que surge a demanda pela aquisição de serviços digitais para fomentar candidaturas políticas no Brasil, caracterizando um novo ambiente na política contemporânea brasileira, isto é, “[...] comprar de fornecedores serviços digitais que beneficiam candidatos passou a ser um expediente [...] em vez do clássico caixa dois, em que o dinheiro doado não é declarado ao TSE, inaugurava-se a terceirização do caixa dois” (MELLO, 2020, p. 42).

Além disso, Miguel (2019) sustenta que muito da antipolítica brasileira, acaba sendo resultado de provenientes investidas da direita, paralelo aos desdobramentos políticos em torno ao impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, argumento esse sustentando por outros pensadores, como se observa:

No Brasil, a ascensão desses fenômenos coincide com uma crise do sistema político-partidário, estruturado durante trinta anos em torno das lideranças do PSDB e do PT e que entrou em colapso com os resultados da Operação Lava Jato e das eleições de 2018. (CRUZ, 2019, p. 21).

Neste sentido, segue-se que no Brasil a pós-verdade agudiza as transformações sociais, posto os inúmeros rearranjos e alianças políticas, principalmente em torno de especialistas em marketing ou engenheiros políticos, voltados a potencializar as premissas da pós-verdade tanto a nível nacional como internacional, tendo como base de trabalho o objetivo de “[...] reinventar uma propaganda adaptada à era dos selfies e das redes sociais, e, como consequência, transformar a própria natureza do jogo democrático” (EMPOLI, 2019, p. 12), nisso consiste a pertinência em identificar os efeitos do fenômeno



no Brasil, dado a incidência na democracia brasileira, visto que para os especialistas em marketing político:

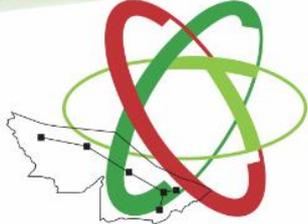
[...] o jogo não consiste mais em unir as pessoas em torno de um denominador comum, mas, ao contrário, em inflamar as paixões do maior número possível de grupelhos para, em seguida, adicioná-los, mesmo à revelia. Para conquista uma maioria, eles não vão convergir para o centro, e sim unir-se aos extremos. Cultivando a cólera de cada um sem se preocupar com a coerência do coletivo, o algoritmo dos engenheiros do caos dilui as antigas barreiras ideológicas e rearticula o conflito político tendo como base uma simples oposição entre “o povo” e “as elites” (EMPOLI, 2019, p. 13).

De maneira geral, percebe-se um nítido refluxo do jogo político, capitaneado por figuras públicas, com amplo auxílio de engenheiros dispostos a substituir a razão pela emoção das paixões políticas, tendo a órbita o reforço das novas tecnologias da informação e comunicação, difundidos ainda, pela ampla rede de computadores. Por esse ângulo, nota-se que no Brasil, a nova dinâmica política expõe a fragmentação de agendas progressistas de representação social, principalmente, com o advento de populismo de direita e com notável inclinação neofascista e autocrática (TIBURI, 2020).

Para Byung-Chu Han (2018), o atual regime de informações assentado nas mídias digitais e a comunicação do presente imediato, tem colocado em crise o processo político, resultando no que o filósofo intitula como *desmediatização*, em outros termos, o descrédito das instituições, principalmente como protagonista das mediações sociais e políticas, na medida em que:

A sociedade de opinião e de informação de hoje se apoia nessa comunicação desmediatizada. Todos produzem e enviam informação. A desmediatização da comunicação faz com que jornalistas, esses “fazedores de opinião” e mesmo sacerdotes da opinião, parecem completamente superficiais e anacrônicos. A mídia digital dissolve toda classe sacerdotal. A desmediatização generalizada encerra a época da representação. Hoje, todos querem estar eles mesmos diretamente presentes e apresentar a sua opinião sem intermediários. A representação recua frente à *presença* ou à *copresença* [Koprsentation] (HAN, 2018, p. 37).

Em linhas gerais, os efeitos da desmediatização atinge em cheio as instituições democráticas no Brasil, colocando assim, a democracia



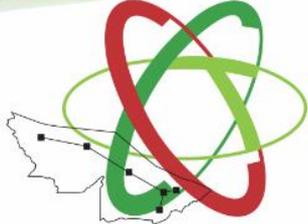
representativa em risco, principalmente pelo desprezo a mediação como instrumento de participação social, elemento imprescindível nas trocas políticas e sociais, nisso se observa nos notáveis ataques a jornalistas, cientistas, políticos e outras instituições mediadoras nas relações práticas do espaço público.

O reflexo dessa mudança na política contemporânea brasileira, reside na intuição de que políticos populistas estão muito mais próximos dos seus eleitores, sem para isso, necessitar da mediação de instituições, como por exemplo, os partidos políticos, centrais sindicais e jornais, para com a dieta e a difusão de informações e comunicações, desencadeando certa anomalia na estrutura da esfera pública, como consequência, reconfigurando o cenário nacional.

Ao mesmo tempo que tais transformações foram acontecendo, a ideia de que da internet surgiria uma “nova política democrática” foi se turvando. A polarização política, o discurso de ódio e a disseminação de boatos nas redes sociais nublaram o céu azul da utopia de uma política sem intermediação. Mais do que isso, tais fenômenos evidenciaram que um novo tipo de intermediação se configurou. A intermediação passou a ser realizada pelas plataformas de internet, como grandes redes sociais, empresas com forte base tecnológica que se viabilizaram a partir da inserção da computação e das redes de computadores em nossas vidas (CRUZ, 2019, p. 19).

Nesses termos, pode-se constatar que as eleições presidenciais no Brasil, em 2018, demonstram como os efeitos dessa transformação impactou consideravelmente as trocas e disputas políticas no país, demonstrando que o declínio da verdade como elemento precípuo da política, acaba substituído pela credulidade de grupos políticos, tanto vinculados a esquerda, mas principalmente a direita, muitos inclusive, com fortes inclinações neofascistas.

Portanto, o Brasil em tempos de pós-verdade, revela traços nos quais os engendramentos supõe uma crise institucional, concomitante a desconfiança em torno das instituições de mediação, como por exemplo, as representações político-partidárias no país, mas acentuado pela juridificação do poder e politização do direito no Brasil, dimensões que demonstram a judicialização da



política, como nos desdobramentos em volta da Operação Lava Jato⁶, cujo o resultado se expressa na eleição de Bolsonaro em 2018.

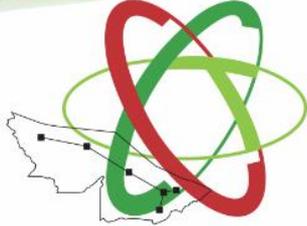
Portanto, destaca-se que o colapso acerca da intermediação da comunicação política no Brasil, surge atrelado as características da pós-verdade, mas especialmente, relacionado aos eventos das manifestações de junho 2013, agudizados no decurso dos anos de 2014 e 2016 pelas intensas mobilizações sociais e o impeachment de Dilma Rousseff, tendo como culminância 2018, uma vez que sublinhou que os “[...] processos eleitorais como o de 2018 se reflete tanto na aparência da campanha como no resultado que ela produz” (CRUZ, 2019, p. 22), no cenário brasileiro, produzindo a dimensão máxima da pós-verdade, ou seja, antipolítica.

3.3 EFEITO DOMINÓ: IMPLICAÇÕES DA PÓS-VERDADE NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

É preciso pontuar de início que entre os efeitos mais emblemáticos na política contemporânea, pode-se frisar a questão da democracia. Para tanto, destaca-se que os efeitos da pós-verdade na democracia brasileira, são visíveis doravante ao tecnopopulismo, a milícia digital e o discurso de ódio como parte da agenda de grupos políticos no Brasil.

É necessário pontuar que a pós-verdade, doravante sustenta Tiburi (2017a), realça que “[...] a democracia como governo do povo é evidentemente, deixado de lado pelo próprio povo, conduzido a crer que é ‘melhor sem política’” (TIBURI, 2017a, p. 88). Dito isto, a pós-verdade no Brasil revela determinadas fissuras e efeitos negativos para com a democracia, posto o caráter antipolítico, no qual as implicações acentuam a desconfiança nas instituições democráticas, cujo efeito dominó aponta para um cenário pós-democrático.

⁶ Nome alusivo ao conjunto de operações realizadas por uma força-tarefa da Polícia Federal e membros do Ministério Público Federal, em articulação com juízes federais, com suposto objetivo de acabar com a corrupção política e institucional no Brasil (BELLO; CAPELA; KELLER, 2020).



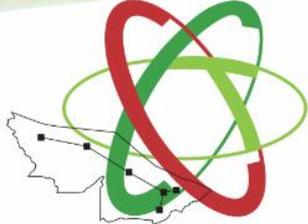
Por “Pós-Democrático”, na ausência de um termo melhor, entende-se um Estado sem limites rígidos ao exercício do poder, isso em um momento em que o poder econômico e o poder político se aproximam, e quase volta a se identificar, sem pudor. No Estado Pós-Democrático a democracia permanece, não mais com um conteúdo substancial e vinculante, mas como mero simulacro, um elemento discursivo apaziguador. (CASARA, 2017, p. 23).

Por esse prisma, observa-se que os ataques dirigidos a democracia no Brasil nos últimos cinco anos, colocam em relevo um aspecto distorcido, no qual se mantêm a democracia, porém, sem o seu conteúdo formal/ideal, no qual possibilite o exercício representativo, participativo e cidadão. Não obstante, os impasses democráticos no Brasil, enfatiza Avritzer (2018), esbarra na condição do crescimento de políticas de inclusão social, assim como na viabilidade da participação popular e representativa, posto que a prática democrática pressupõe o exercício da cidadania, mediante o diálogo e debate no espaço público, contudo, na pós-verdade, toda a dimensão democrática se esfacela dado a falta de confiança na viabilidade da participação como representação.

Para Abranches et al. (2019), os desdobramentos políticos no Brasil, especialmente com a eleição presidencial de 2018, colocam em relevo o fato que “[...] encerrou o ciclo político que organizou o presidencialismo de coalizão brasileiro nos últimos 25 anos e acelerou o processo de realinhamento partidário que já estava em curso, pelo menos desde 2006” (ABRANCHES et al., 2019, p. 8).

Dessa forma, compreender a natureza da pós-verdade e seus impactos na democracia brasileira, consiste termos como fluxo de análise o fato que o fenômeno aparece como uma ponta do icerbeg, cujo o sintoma, sinaliza um nítido risco para a democracia, dado a disseminação de notícias falsas, discursos de ódios, além de um aparato de digital, no qual denota que:

Há uma complexa atividade mostrando que a midiaticização no lugar da uniformidade social, gera mais divergências na ordem socioinformativa. Sintomas se espalham por todas as partes sugerindo diagnósticos para se enfrentar esta nova ordem (des) informativa. Mas algo deve ser pensado, indo além das cruzadas de contenção. (FAUSTO NETO, 2019, p. 195).



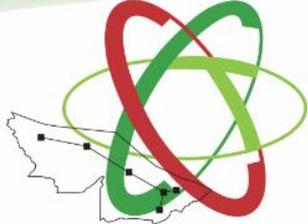
Neste sentido, consoante a Agamben (2009), é defronte a contemporaneidade que se vislumbra uma forma singular de constituir um liame com o próprio tempo, tomando as devidas distâncias e articulados possíveis centelhas reflexivas entre a democracia brasileira e a pós-verdade, identificando por sua vez, alguns acontecimentos, como o tecnopopulismo, a milícia digital e o discurso de ódio, dado as suas perspectivas antipolíticas que agudizam a democracia brasileira e evidenciam reflexos peculiares da pós-verdade.

3.3.1 Tecnopopulismo

Ao se averiguar o desenvolvimento tecnológico no Brasil e no mundo, visualiza-se a força da globalização, seja pelos aspectos positivos e negativos, mas sobretudo, um caminho no qual não se tem mais volta, alterando significativamente o fluxo da comunicação e informação, principalmente com advento das mídias digitais.

No Brasil de hoje, com 210 milhões de habitantes, há, segundo estimativa oficial de 2017, a única disponível, mais de 120 milhões de usuários de WhatsApp. Na realidade, a cifra deve estar mais próxima de 136 milhões, ou seja: mais 60% dos brasileiros se servem do aplicativo de troca de mensagens. Segundo maior mercado do mundo para o WhatsApp, o Brasil só perde para a Índia, que tem 400 milhões de adeptos. Lá, porém, a população é de 1,3 bilhão – 29,28% dos indianos usam o aplicativo. Já o Facebook tem 120 milhões de usuários no Brasil – o quarto maior mercado da plataforma, perdendo apenas para Índia, Estados Unidos e Indonésia (MELLO, 2020, p. 22).

A descrição precisa de Mello (2020), demonstra a relevância da tecnologia, especialmente, as redes sociais como principais ferramentas comunicacionais, circunstância que descortina o terreno fértil para o tecnopopulismo. Segundo Guerra (2020), o neologismo foi disposto, a partir das reflexões empreendidas por Arthur Lipow e Patrick Seyd, no qual define uma transformação direta de participação democrática, ou seja, participação política face-a-face, para uma participação estritamente digital, com fortes elementos populares.



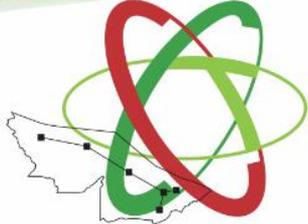
Sem embargo a confluência da tecnocracia com o neopopulismo em um ambiente carente de regas, dominados por algoritmos e novas tecnologias tais como a Big Data e o SEO, proporcionou uma deturpação do processo que atualmente coloca em perigo a própria democracia e fomenta o ódio e a formação de bolhas de opinião sem o diálogo necessário para a manutenção do sistema democrático (GUERRA, 2020, p. 1).

Logo, o tecnopopulismo avulta determinadas facetas políticas, na qual a expressão maior gira em torno da negação das instituições democrática, sobretudo, a perspectiva de participação efetiva, corpo a corpo, para o ambiente digital, cujo o controle se encontra nas mãos dos próprios usuários das redes digitais, a partir do imediato contato com seus políticos, evidenciando um espaço aberto para todos os tipos de manipulação de informação política, doravante a utilização de empresas especializadas em uso de dados, sendo que torna-se “[...] inegável que essas ferramentas algorítmicas se interliguem com o campo político-democrático, ainda mais quando há uma mistura entre interesses públicos e particulares” (DIAS; KAMPPFF, 2020, p. 525).

3.3.2 Milícia digital

Dentre as inúmeras razões para se constatar a ameaça a democracia brasileira, destaca-se que a milícia digital se configura como uma das mais nocivas para política contemporânea no Brasil. De modo geral, o termo surge em contexto da massiva disseminação de notícias falsas no Brasil, especialmente, no calor das eleições de 2018, a partir de inúmeras denúncias acerca da contratação de serviços de impulsionamento digital em massa de notícias falsas:

As milícias digitais alimentadas por fazendas de fake news em escala industrial surfando na onda antiestablishment só cresceram desde 2013, um contingente de eleitores distópicos que se vale de uma comunicação descentralizada como o WhatsApp para escrachar, zombar, desconstruir reputações ou celebrá-las. Uma extrema direita que mistura uma militância orgânica com cidadãos zumbis, bots e uma opinião pública forjada pela era da comunicação automatizada (BENTES, 2018, p. 6).



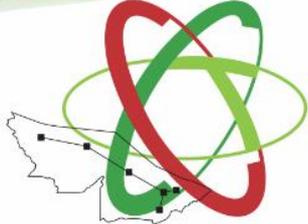
A descrição supracitada demonstra que as milícias digitais estão para pós-verdade, assim como os políticos e engenheiros do caos estão para com a incitação e apelo as emoções. No entanto, o dinamismo das milícias digitais está assentado em campanhas de desinformação, dispostas a influenciar a qualquer custo processos eleitorais e figuras públicas, a partir de um conjunto de informações falsas, provocando a disseminação de discursos de xenofobia, misoginia, homofobia e ódio, no claro intuito de influenciar a sociedade brasileira.

Agora se sabe, há inclusive investigações a respeito, que a campanha de Bolsonaro utilizou agências de ciberguerras para se infiltrar no WhatsApp. [...] Uma série de empresas privadas financiou a difusão de propaganda no WhatsApp a favor de Bolsonaro. Foram investidos milhões de dólares para distribuição de milhões de mensagens favoráveis a Bolsonaro e, ao mesmo tempo, difundindo mentiras, tais como: seu adversário, o candidato do PT, Fernando Haddad, teria distribuído um “kit gay” para crianças de seis anos nas escolas; o homem que apunhalou Bolsonaro seria um militante do PT e amido do (ex-presidente) Lula, inclusive se divulgou uma foto, evidentemente manipulada, de um comício de Lula em que aparecia a seu lado esse mesmo homem que apunhalou Bolsonaro. Também se difundiu a foto de uma conhecida atriz de televisão e cinema com os olhos roxos após ter levado uma surra por ter gritado em favor de Bolsonaro, coisa que era falsa, porque a atriz falecera há dois anos. Outra afirmação que se disseminou foi a de que, se Haddad ganhasse a eleição, sua primeira medida seria promulgar uma lei para legalizar a pedofilia (RAMONET, 2019, p. 127-128).

De modo geral, Ramonet (2019) apresenta exemplos relevantes acerca de como o uso em escala industrial de agências especializadas em produzir desinformação, influenciam e são capazes de colocarem em questão o Estado democrático de direito.

3.3.3 Discurso de ódio

Antes de mais nada, sobressai observar que o cenário abordado até o momento, concomitante os reflexos da pós-verdade no Brasil, reportam elementos maléficos para sociedade brasileira, especialmente para democracia. Neste sentido, destaca-se as análises de Marcelo Mattos (2020):



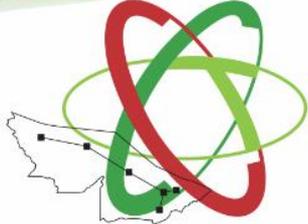
O conteúdo das declarações de Bolsonaro – nos últimos trinta anos, na campanha eleitoral e agora na Presidência – envolve todo tipo de apologia à violência, especialmente contra os chamados “bandidos” e “vagabundos”, mas também contra tudo o que identifica como “esquerda”, o que inclui partidos e partidários de todo o espectro que vai da centro-esquerda moderada ao que é comumente definido como “esquerda radical”. Mas “esquerda”, na fala de Bolsonaro, inclui também todo tipo de movimento em defesa dos direitos humanos, contra as opressões de gênero e a LGBTfobia, ecológico e de defesa indígena, além de organizações de professores, cientistas, artistas e produtores culturais em sentido amplo. A apologia à tortura e às ditaduras militares latino-americanas se combina, em suas falas, assim como nas de seus filhos e apoiadores mais próximos, com um discurso de ódio misógeno, racista, LGBTfóbico e xenófobo, difundido abundantemente através das redes sociais (MATTOS, 2020, p. 167-168).

Em linhas gerais a maximização do discurso de ódio através das milícias digitais, principalmente aqueles mobilizados por políticos, como o presidente eleito em 2018, conforme sustenta Mattos (2020), demonstra um evidente neoconservadorismo atrelado pressupostos neofascistas, cujo impacto obstaculiza a participação social das minorias, frente o desmantelamento público de direitos sociais há muito garantido pela sociedade.

Em suma, o discurso de ódio as minorias, detona aspectos elementares do fascismo, segundo qual, se modifica e reconfigura no Brasil, sobretudo com advento das redes sociais e o seu aparato tecnológico, como destaca Tiburi (2020):

Podemos dizer que o fascismo é uma ideia migrante que se adapta ao momento histórico e às condições geográficas ou, melhor ainda, podemos dizer que essa ideia surge e ressurge em determinadas condições geopolíticas. Há uma questão geográfica em jogo, pois o fascismo precisa de um lugar e há, evidentemente, uma questão histórica, pois o fascismo estabelece no tempo. [...] A ideia do fascismo se modifica conforme tais condições de possibilidade e se efetiva na prática de uma maneira diferente na Europa, na América Latina ou na Ásia (TIBURI, 2020, p. 83).

Deste modo, a difusão do discurso de ódio no Brasil, reflete um efeito nocivo da pós-verdade na democracia, sendo que “[...] se caracteriza pelas manifestações de pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou um grupo social” (TRINDADE, 2022, p.



8), isto é, um nítido componente fascista, reconfigurado na lógica da antipolítica com um “turbofascismo” (TIBURI, 2020).

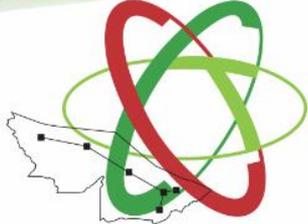
4 CONCLUSÕES

Ao analisar os efeitos políticos da pós-verdade no Brasil contemporâneo, procuramos refletir sobre os impactos do respectivo fenômeno para a democracia brasileira, cujas evidências e descrições ao longo do texto indicam que vivemos em uma democracia com nítidos contornos “pós-democrático”, portanto, sob a ameaça constante a sociedade democrática.

Neste sentido, argumentou-se que o surgimento da pós-verdade na contemporaneidade, emerge em um contexto de transformações sociais e tecnológicas, cujo aspecto político têm revelado um assombroso descrédito para com as instituições democráticas, perceptíveis em muitos eventos políticos a nível internacional.

Na mesma medida, procurou-se destacar que o colapso acerca da intermediação da comunicação política no Brasil, surge atrelado às características da pós-verdade, mas especialmente, relacionado aos eventos das manifestações de junho 2013, agudizados no decurso dos anos de 2014 e 2016 pelas intensas mobilizações sociais e o impeachment de Dilma Rousseff, tendo como culminância 2018, uma vez que sublinhou que os “[...] processos eleitorais como o de 2018 se reflete tanto na aparência da campanha como no resultado que ela produz” (CRUZ, 2019, p. 22), no caso brasileiro, produzindo a dimensão máxima da pós-verdade, ou seja, antipolítica.

Deste modo, a análise acerca da democracia brasileira no contexto da pós-verdade, revelou como a desconfiança nas instituições democráticas, a difusão em larga escala de notícias falsas no Brasil, aprofunda a polarização política, com sérios riscos para com a manutenção do Estado democrático de direito, na medida em que se observa efervescência do tecnopopulismo, alinhado a milícias digitais, dispostas a influenciar e disseminar discursos de ódio.



Em suma, a política na rede e a rede na política na pós-verdade no Brasil, padecem de um significativo hiato acerca de um controle social, tendo em vista que os efeitos e fissuras revelam a ausência de valores éticos e normativos, cujo reflexos são patentes para com a democracia no Brasil, colocando a mesma em risco ou sob ameaça constante.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de agências de verificação de notícias, como forma de romper com a lógica antipolítica, alicerçada na desinformação da pós-verdade, buscando compreender como se operacionaliza e constitui os dispositivos de poder em torno da verdade, reconhecendo a interdependência entre tecnologia e política na contemporaneidade, assim como a sua relação para com os desafios da democracia brasileira.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

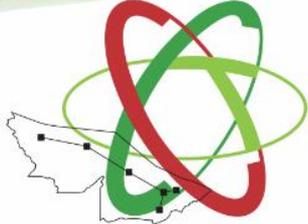
AGAMBEN, Giorgio Agamben. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução de Vinícius Nicastro Honesko. Chapéco: Argos editora da Unochapecó, 2009.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BELLO, Enzo; CAPELA, Gustavo Moreira; KELLER, Rene José. Operação Lava Jato: ideologia, narrativa e (re) articulação da hegemonia. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 3, p. 1645-1678, set. 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/53884>. Acesso em: 08 ago. 2022.

BENTES, Ivana. **As milícias digitais de Bolsonaro e o colapso da democracia**. 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nao-matem-a-democracia/>. Acesso em: 08 ago. 2022.

CASARA, Rubens Roberto Rebello. **Estado pós-democrático**: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.



COSTA, Petra (dir.). **Democracia em vertigem**. Brasil: Netflix, 2019. (121 min.).

CRUZ, Francisco Brito. Fake news definem uma eleição? *In*: BARBOSA, Mariana (org.). **Pós-verdade e fake news**: reflexões sobre a guerra de narrativas. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, p. 17-24.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2003.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade**: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. Tradução de Carlos Szlak. Barueri: Faro Editoria, 2018.

DIAS, Felipe da Veiga; KAMPPFF, Luiza Cerveira. Algoritmos de manipulação: um retrato da fantasia fake no Brasil. *In*: SABARIEGO, Jesús; AMARAL, Augusto Jobim do; CARVALHO, Eduardo Baldissera (orgs.). **Algoritarismos**. São Paulo, BR; Valencia, ES: Tirant lo Blanch, 2020, p. 518-534.

DUNKER, Christian. Subjetividade em tempos de pós-verdade. *In*: DUNKER, Christian *et al.* **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017, p. 9-41.

EMPOLI, Giuliano da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

FAUSTO NETO, Antônio. Fake news e circulação de sentidos nas eleições presidenciais brasileiras – 2018. *In*: FIGUEIRA, João; SANTOS, Sílvio (orgs.). **As fake news e a nova ordem (des) informativa na era da pós-verdade**. Portugal: Coimbra University Press, 2019, p. 177-198.

FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso no Collège de France (1982-1983). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

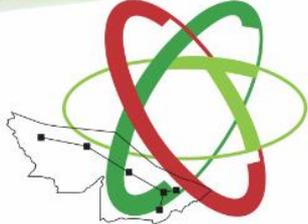
FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Nau, 2013.

GUERRA, Wesley. **O tecnopopulismo e o ódio nas redes sociais**. 2020. Disponível em: <https://redessbr.wordpress.com/2020/08/22/o-tecnopopulismo-e-o-odio-nas-redes-sociais/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



JENNINGS, Andrew *et al.* **Brasil em jogo:** o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo, 2014.

JINKINGS, Ivana. *et al.* **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KAISER, Brittnay. **Manipulados:** como a Cambridge Analytica e o Facebook invadiram a privacidade de milhões e botaram a democracia em xeque. Tradução de Roberta Clapp e Bruno Fiuza. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2020.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade:** notas sobre a mentira a era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KEYES, Ralph. **A era da pós-verdade:** desonestidade e enganação da vida contemporânea. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

KOMASA, Jan. **Rede de ódio.** Polônia: Netflix, 2020. (135 min.).

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro:** neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. **O colapso da democracia no Brasil:** da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MELLO, Patrícia Campos. **A máquina do ódio:** notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

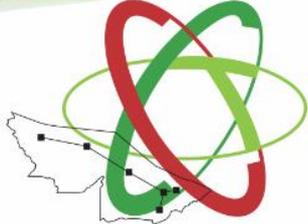
RAMONET, Ignacio. Geopolítica da pós-verdade: a informação na era das fake news. *In:* MORAES, Dênis de. (org.) **Poder midiático e disputas ideológicas.** Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p. 113-130.

RAMOS, Maria Augusta (dir.). **O processo.** Brasil: Netflix, 2018. (139 min.).

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

TIBURI, Márcia. Pós-verdade, pós-ética: uma reflexão sobre delírios, atos digitais e inveja. *In:* DUNKER, Christian *et al.* **Ética e pós-verdade.** Porto Alegre: Dublinense, 2017, p. 95-123.

TIBURI, Márcia. **Ridículo político:** uma investigação sobre o risível, a manipulação da imagem e o esteticamente correto. Rio de Janeiro: Record, 2017a.



TIBURI, Márcia. Turbofascismo: fascismo na era digital e o caso brasileiro. *In*: SABARIEGO, Jesús; AMARAL, Augusto Jobim do; CARVALHO, Eduardo Baldissera (orgs.). **Algoritarmismos**. São Paulo, BR; Valencia, ES: Tirant lo Blanch, 2020, p. 83-101.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. São Paulo: Jandaíra, 2022.

WEIMER, João (dir.). **Junho: o mês que abalou o Brasil**. Brasil: Globoplay, 2014. (62 min.).